

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Proximidade com Bolsonaro afastou Terra do MDB

Símbolo contra ditadura, MDB se afasta do bolsonarismo

A saída negociada do deputado gaúcho Osmar Terra do MDB é o melhor exemplo da forma como o partido tenta se diferenciar das estratégias das legendas do Centrão, se afastando mais e mais do bolsonarismo. Terra negociou com o presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), sua saída mantendo a sua vaga na Câmara. Como a eleição de deputado é proporcional, na legen-

da, se alguém troca de partido ele tem o direito de reivindicar a vaga de volta. Baleia não fará isso. Terra seguiu para o PL mantendo-se deputado. No fundo, é um alívio. O partido não quer ter nomes fortemente alinhados com o ex-presidente Jair Bolsonaro nos seus quadros. E os últimos episódios desde o tarifaço aceleraram esse processo de afastamento.

Condenações

O MDB posicionou-se em defesa da soberania quando Trump, com adesão entusiasmada de Eduardo Bolsonaro, resolveu agir contra os interesses do país. E condenou a invasão dos plenários da Câmara e do Senado pelos parlamentares da oposição de direita.

Democracia

Ainda que tenha se tornado mais conservador, é complicado para um partido que é o símbolo da resistência democrática contra a ditadura militar, ficar ao lado de pessoas que promovem ações antidemocráticas e que devem, inclusive ser condenadas por isso.

Antonio Araujo/Câmara dos Deputados



Baleia: base conservadora em Ribeirão Preto

“Quem faz lobby não pode ser contra a democracia”

Um interlocutor dentro do MDB comentou uma razão pragmática que faz com que o partido corra de qualquer possibilidade de adesão a projetos antidemocráticos. “Dentro do atual sistema brasileiro, para quem faz lobby interessa muito manter a democracia”, disse. Sobre esse “fazer lobby” deve-se extrapolar bem a ideia de

mera defesa de interesses de segmentos. “Fazer lobby”, no caso, significa a manutenção dos esquemas de liberação de verbas orçamentárias, dos esquemas de poder em torno da nomeação de cargos federais. Com os três poderes hoje desequilibrados, o Congresso ganhou grande força. E não vai querer perder.

Centrão

No fundo, essa lógica já vem produzindo efeitos mesmo entre políticos mais à direita que o MDB. O presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), chamou a turma que invadiu os plenários de “Congresso do hospício”. Ciro se beneficia dos mesmos expedientes.

Baleia

O próprio Baleia Rossi, no comando do partido, tem dificuldades locais em estreitar a aproximação com o governo Lula e o PT. Sua base eleitoral, a cidade de Ribeirão Preto, é hoje completamente hostil a Lula, seu partido e seu governo. Baleia tem que manter distância.

Futuro

Isso significa que, ampliando o afastamento do bolsonarismo, o MDB cairá nos braços do presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Não é bem assim. O MDB hoje é diverso. Há estados onde vir a apoiar Lula é algo praticamente impossível, porque fecharia alianças locais.

Liberar

Assim, a tendência maior é o MDB liberar posições em 2026 conforme os interesses de cada estado. Mas esse interlocutor no partido crava: hoje é mais fácil o MDB vir a apoiar Lula é algo oficialmente Lula do que um candidato como, por exemplo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Motta busca protagonismo visando crianças e internet

Presidente da Câmara pauta projetos de proteção infantil

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Motta reagiu às denúncias feitas pelo influenciador Felca

Por Karoline Cavalcante

Diante do anúncio do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), de que vai priorizar, nesta semana, a votação de projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann saudou, nesta segunda-feira (11), a decisão. Em publicação na rede social X (antigo Twitter), a ministra ressaltou também o acerto do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito — que recentemente considerou parcialmente inconstitucional a regra do artigo 19 do Marco Civil da Internet, exigindo que as plataformas sejam responsabilizadas por conteúdos publicados por seus usuários.

“As plataformas não têm como fugir dessa responsabilidade, porque são capazes de identificar praticamente tudo o que fazem seus usuários. Não podem fingir que não é com elas, como normalmente acontece. E a internet não pode continuar sendo uma terra sem lei; uma arma poderosa nas mãos de pedófilos, incitadores de mutilações e suicídios, golpistas e criminosos”, disse Hoffmann.

Denúncia

A determinação do presidente da Casa Baixa foi tomada após ampla repercussão de um vídeo publicado pelo influenciador Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, que denuncia práticas de exploração infantil nas redes sociais. No vídeo de cerca de 50

minutos, divulgado na última quarta-feira (6), Felca expõe casos de exposição inapropriada e sexualização de menores em plataformas digitais, citando especificamente um influenciador paraibano.

O conteúdo, que viralizou e ultrapassou a marca de 25 milhões de visualizações até o momento, provocou forte reação nas redes e reacendeu o debate sobre a chamada “adultização infantil”. Diante da mobilização popular, Motta afirmou no domingo (10), que a Câmara já possui diversas propostas em tramitação voltadas ao tema e que agora pretende acelerar a análise dessas matérias.

“O vídeo do Felca sobre a adultização das crianças chocou e mobilizou milhões de brasileiros. Esse é um tema ur-

gente, que toca no coração da nossa sociedade. Na Câmara, há uma série de projetos importantes sobre o assunto. Nesta semana, vamos pautar e enfrentar essa discussão. Obrigado, Felca. Conte com a Câmara para avançar na defesa das crianças”, declarou o deputado.

Adultização

Entre as propostas que devem entrar na pauta, está um projeto de lei (PL 2628) aprovado no Senado, em novembro de 2024 — que estabelece obrigações para as plataformas digitais no que diz respeito à proteção de menores. O texto, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), impõe o chamado “dever de cuidado”, princípio que exige que empresas do setor ado-

tem medidas preventivas contra conteúdos prejudiciais a crianças e adolescentes. Além disso, prevê que publicações relacionadas a abuso sexual infantil possam ser removidos sem necessidade de ordem judicial. Determina ainda a realização de relatórios semestrais e transparência nas ações.

“Casos como o denunciado pelo youtuber revelam uma realidade preocupante e gravíssima: crianças e adolescentes estão sendo expostos nas redes sociais, a conteúdos e situações que colocam sua segurança e seu desenvolvimento em risco”, iniciou Vieira. “Mais do que necessário, aprovar esse projeto é fundamental para avançarmos na proteção dos jovens no ambiente digital”, acrescentou o senador.

Corregedoria tem até quarta para decidir suspensão

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Deputados que invadiram o plenário podem ser suspensos

Gabriela Gallo

A Corregedoria da Câmara dos Deputados recebeu, nesta segunda-feira (11), as denúncias contra 14 deputados federais da oposição que obstruíram a Mesa Diretora do plenário da Casa para impedir a retomada dos trabalhos enquanto o presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) não pautasse a anistia contra os atos de 8 de janeiro de 2023 e o fim do foro por prerrogativa de função. Agora, cabe ao corregedor da Câmara, deputado Diego Coronel (PSD-BA), decidir se dará continuidade ao processo. De acordo com o artigo 2º do Ato da Mesa 180/2025, a Corregedoria tem até 48 horas para se manifestar em caso de suspensão cautelar de mandato. Portanto, Diego Coronel tem até esta quarta-feira (13) para se manifestar sobre cada caso e encaminha-los, em formato de parecer, para a Mesa Diretora da Casa.

Caso Coronel acate as 14 denúncias, a Mesa Diretora a Casa tem até cinco dias úteis para definir se encaminhará as investigações ao Conselho de Ética da Câmara, atualmente presidida pelo deputado Fabio Schiochet (União Brasil-SC). Portanto, a maioria absoluta dos membros da Mesa (metade mais um) tem até o dia 20 de agosto para decidir a situação. Vencido este prazo, a Mesa continua com poder de representar contra os parlamentares, mas sem possibilidade de solicitar a suspensão cautelar

do mandato — neste caso, seria aberta uma representação ordinária no Conselho de Ética. O Conselho de Ética, de acordo com o Projeto de Resolução 32/24, pode suspender cautelarmente os mandatos até o final do processo.

Chegando ao Conselho de Ética, será sorteado um relator para cada caso. O Conselho tem até três dias úteis para votar cada pedido e decidir se aceitará ou negará a suspensão do mandato, ou até aplicar uma terceira penalidade ao deputado denunciado. É nesse ponto que pode ocorrer a suspensão cautelar: eles ficam afastados até que o plenário decida. Caso os membros do Conselho de Ética não votem os pedidos dentro dos três dias os casos po-

dem ser encaminhados para votação diretamente no plenário da Casa. Se votarem dentro do prazo e definirem a suspensão do mandato do parlamentar, o denunciado poderá recorrer ao plenário para reverter a decisão.

Entenda

Após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por descumprimento de medida cautelar, no dia 4 de agosto, parlamentares da oposição na Câmara e no Senado obstruíram os trabalhos do Congresso Nacional. Foram obstruídos os plenários, comissões e até auditórios para impedir o retorno dos traba-

lhos legislativos enquanto suas pautas de interesse não fossem pautadas. Foram dois dias intensos em que os congressistas opositoristas se revezaram para impedir o andamento do Legislativo. Na última sexta-feira (8), após conseguir iniciar os trabalhos legislativos, Motta julgou que 14 deputados federais cometeram excessos durante as manifestações.

Um exemplo de excesso foi a deputada Júlia Zanatta (PL-SC) que levou sua bebê de quatro meses para dentro do plenário após Motta informar que a sessão seria desobstruída, em um clima de tensão. A situação foi avaliada como a criança sendo usada como um escudo da deputada para impedir a desobstrução.

Os parlamentares denunciados, além de Zannata, são: os líderes da oposição, da minoria e do Partido Liberal na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS), Caroline De Toni (PL-SC) e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ); Paulo Bilynskyj (PL-SP); Nikolas Ferreira (PL-MG); Allan Garcês (PP-MA); Bia Kicis (PL-DF); Carlos Jordy (PL-RJ); Domingos Sávio (PL-MG); Marcel van Hattem (Novo-RS); Marco Feliciano (PL-SP); Marcos Pollon (PL-MS); e Zé Trovão (PL-SC). Porém, há chances de novos congressistas serem denunciados nos próximos dias.

O PL também abriu um pedido de cassação de mandato contra a deputada federal Camila Jara (PT-MS) acusando-a de agredir Nikolas Ferreira.